

PROVA DE ESTÁGIO

VII EXAME DE ADMISSÃO AO ESTÁGIO DA DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO EM CARUARU-PE

Candidato: _____

CPF: _____

CADERNO DE QUESTÕES OBJETIVAS – DIREITO

Data: 14/07/2019 – Horário: Das 09:00 às 13:00 (HORÁRIO DE PERNAMBUCO)

Número de questões: 40 (quarenta)

ANTES DE FAZER A PROVA, LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES

1. Verifique se este Caderno de Questões está completo e, caso necessário, solicite a substituição para o fiscal da sala.
2. Não haverá substituição da Folha de Respostas, em caso de rasura, a resposta será anulada. Preencher a folha pintando todo o espaço;
3. O candidato receberá um Caderno de Questões, a Folha de Resposta da prova objetiva e da prova discursiva, para transcrever as respostas da prova. Preencher com seu nome e CPF na prova objetiva e apenas com o CPF na prova discursiva. Caso o nome for inscrito na prova discursiva a prova será anulada.
4. A Folha de Resposta não será substituída em qualquer hipótese, devendo o candidato tomar o devido cuidado no seu manuseio e preenchimento.
5. Na correção da Folha de Resposta, será atribuída nota 0 (zero) às questões não assinaladas ou que contiverem mais de uma alternativa marcada ou emenda ou rasura, ainda que legível.
6. O tempo previsto para aplicação das provas será de 4 (quatro) horas, já incluindo o tempo para a marcação da folha de resposta, não havendo, por qualquer motivo, prorrogação em virtude de afastamento de candidato da sala.
7. O candidato poderá levar o caderno de questões somente no decorrer dos últimos dez minutos da prova.
8. As provas serão realizadas sem consulta a qualquer material.
9. Terá sua prova anulada e será automaticamente eliminado do processo o candidato que, durante a realização da prova:
 - *For surpreendido dando e/ou recebendo auxílio para a execução das provas;
 - *Utilizar-se de livros, dicionários, notas e/ou impressos e/ou que se comunicar com outro examinando;
 - *For surpreendido portando aparelhos eletrônicos, tais como bipe, walkman, agenda eletrônica, notebook, netbook, palmtop, receptor, gravador, telefone celular, máquina fotográfica, protetor auricular, MP3, MP4, controle de alarme de carro, Ipad, Iphone, etc. *Durante o período de realização das provas, não será permitido o uso de óculos escuros, bonés, chapéus e similares.
- *Faltar com devido respeito para com qualquer membro da equipe de aplicação de provas, com as autoridades presentes e/ou demais candidatos.
- *Não entregar o material das provas e/ou continuar escrevendo após o término do tempo destinado para sua realização;
- *Afastar-se da sala, a qualquer tempo, sem o acompanhamento de fiscal;
- *Ausentar-se da sala, a qualquer tempo, portando as folhas de resposta;
- *Ausentar-se da sala a qualquer tempo portando o caderno de questões, exceto no tempo previsto no item 5.24;
- *Perturbar, de qualquer modo, a ordem dos trabalhos, incorrendo em comportamento indevido;
- *Utilizar ou tentar utilizar meio fraudulentos ou ilegais para obter aprovação própria ou de terceiros em qualquer etapa do processo seletivo;
- *Recusar-se por qualquer motivo a devolução do caderno de questões ou folha de resposta, quando solicitado ao final do tempo de prova.
10. Os gabaritos serão divulgados no sítio do CIEE nos dias 15 de julho de 2019 (gabarito provisório) e até 26 de julho de 2019 (gabarito oficial).
11. Os recursos referentes às questões aplicadas nas provas e respectivas respostas corretas publicadas em gabarito provisório só serão aceitos, das 08h00 às 17h00 (horário local), nos dias 16 de julho de 2019 e 17 de julho de 2019, entregue no endereço: conforme modelo disponível para download no sítio do CIEE na internet (www.ciee.org.br), no link do processo seletivo.
12. Se do exame dos recursos resultar anulação de questão, a pontuação correspondente a essa questão será atribuída a todos os candidatos, independentemente de terem recorrido.
13. O resultado definitivo será divulgado até 05 de agosto de 2019, no sítio do CIEE na internet. É de inteira responsabilidade do candidato, acompanhar a publicação de todos os atos, Editais e comunicados referentes a este processo seletivo, os quais serão afixados no sítio do CIEE www.ciee.org.br, devendo manter atualizados seus dados cadastrais junto a esta instituição.

DIREITO CONSTITUCIONAL:

QUESTÃO 1

Sobre as funções essenciais à Justiça, no que diz respeito à Defensoria Pública, após as recentes alterações introduzidas pelas Emendas Constitucionais n. 74/2013 e n. 80/2014, a Constituição assevera que

- a) a unidade, a indivisibilidade e a independência funcional são princípios institucionais da Defensoria Pública.
- b) a garantia da inamovibilidade e a da vitaliciedade são asseguradas aos integrantes da Defensoria Pública.
- c) o exercício da advocacia é permitido aos defensores públicos estaduais, fora das atribuições institucionais.
- e) a autonomia funcional e administrativa são asseguradas às Defensorias Públicas, salvo às Defensorias Públicas da União e do Distrito Federal.
- e) em razão da autonomia financeira, a proposta orçamentária das Defensorias não está sujeitas a limites.

QUESTÃO 2

Acerca dos direitos sociais, assinale a alternativa correta.

- a) São exemplos de direitos sociais em sentido estrito: o direito à saúde, à intimidade e à seguridade social.
- b) Os direitos sociais não são direitos fundamentais, uma vez que não estão previstos no Título II da Constituição da República Federativa do Brasil.
- c) A saúde pública não pode ser considerada como serviço público, mas sim como atividade econômica, insuscetível de prestação independente de concessão e permissão à iniciativa privada.

d) A participação complementar dos serviços privados de assistência à saúde pode ser formalizada por contrato ou convênio, quando as disponibilidades do Sistema Único de Saúde forem insuficientes para garantir a cobertura assistencial à população de determinada área.

e) A assistência à saúde não é livre à iniciativa privada.

QUESTÃO 3

A respeito dos princípios fundamentais e dos direitos e das garantias fundamentais, assinale a opção correta.

- a) Por constituírem direitos relativos às pessoas naturais, os direitos e garantias fundamentais não são extensíveis às pessoas jurídicas.
- b) Enquanto os direitos civis e políticos se baseiam em abstenções por parte do Estado, os direitos sociais pressupõem prestações positivas do Estado.
- c) De acordo com o STF, um direito fundamental constitucionalmente previsto possui caráter absoluto e se sobrepõe a eventual interesse público.

d) A adoção da Federação como forma de Estado pela CF é embasada na descentralização política e na soberania dos Estados-membros, que são capazes de se auto-organizar por meio de suas próprias constituições.

e) Em relação aos direitos políticos, o mandado de segurança coletivo e o habeas corpus são formas de exercício direto da soberania popular, como previsto na CF.

QUESTÃO 4

A nacionalidade brasileira

a) é incompatível com a nacionalidade originária reconhecida por Estado estrangeiro.

b) é incompatível com a nacionalidade derivada outorgada por Estado estrangeiro que a exija para fins de exercício de direitos civis.

c) é compatível com a nacionalidade derivada outorgada por Estado estrangeiro como condição para permanência do brasileiro em seu território.

d) nata é condição para a investidura nos cargos de Presidente da República, de Vice-Presidente da República, de Presidente da Câmara dos Deputados, de Presidente do Senado Federal, de Ministro do Supremo Tribunal Federal, de Ministro da Defesa, da carreira diplomática e do oficialato das forças armadas e das polícias militares.

e) derivada deverá ser reconhecida aos estrangeiros residentes no Brasil há mais de quinze anos ininterruptos e sem condenações judiciais, desde que a requeiram.

QUESTÃO 5

Conforme entendimento pacificado no Supremo Tribunal Federal, a responsabilidade dos entes federativos na prestação dos serviços públicos de saúde perante o usuário do sistema é:

a) Da União Federal e subsidiariamente dos Estados e Municípios, sendo solidária entre esses dois últimos entes federativos citados;

b) Atribuída a cada ente federativo, conforme regulamentação que subdivide a competência de cada ente no âmbito do SUS (Sistema Único de Saúde – SUS);

c) É solidária e de todos os entes federativos; d) É dos Municípios, dos Estados e da União Federal, nessa ordem, subsidiária e com benefício de ordem;

e) É da União Federal, dos Estados e dos Municípios, nessa ordem, subsidiária e com benefício de ordem.

DIREITO ADMINISTRATIVO:

QUESTÃO 6

Acerca da responsabilidade civil do Estado, é correto afirmar:

a) Na liquidação dos danos sofridos pelo particular por ato da administração ou de seus agentes, não serão aplicáveis as regras do Código Civil.

b) O Estado é solidariamente responsável pelos danos causados a particulares por pessoas jurídicas de sua administração indireta quando prestadoras de serviço público, ou por concessionários e permissionários de serviços públicos.

c) Não há responsabilidade civil do Estado pelos danos causados por atos legislativos ou leis declaradas inconstitucionais.

d) Há responsabilidade civil do Estado pelos danos causados a particular por seus agentes no exercício de suas funções ou a pretexto de exercê-las.

e) Os danos causados pelo poder público somente podem ser reparados através da via judicial, sendo defeso acordo administrativo com o lesado.

QUESTÃO 7

Os princípios administrativos são os postulados fundamentais que inspiram o modo de agir da Administração Pública. Entre os princípios da Administração Pública, destaca-se:

a) impessoalidade, que diz que a pena não passará da pessoa do condenado e que os sucessores responderão pelos débitos do falecido apenas nos limites da herança.

b) moralidade, segundo o qual, no caso de aparente colisão, se deve analisar no caso concreto qual direito fundamental deve prevalecer, através da técnica da ponderação de interesses.

c) autotutela, segundo o qual qualquer lesão ou ameaça de lesão a direito não será excluída da apreciação do Poder Judiciário, razão pela qual os atos da Administração Pública também estão sujeitos ao controle judicial.

d) publicidade, que prevê que a ampla publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos deverá ter caráter educativo, informativo ou eleitoral.

e) continuidade dos serviços públicos, excetuado quando se permite a paralisação temporária da atividade, como no caso de necessidade de reparos técnicos.

QUESTÃO 8

Com relação aos poderes da administração pública e aos poderes e deveres dos administradores públicos, assinale a opção correta.

a) A cobrança de multa constitui exemplo de exceção à autoexecutoriedade do poder de polícia, razão por que o pagamento da multa cobrada não pode se configurar como condição legal para que a administração pública pratique outro ato em favor do interessado.

b) A autorização administrativa consiste em ato administrativo vinculado e definitivo segundo o qual a administração pública, no exercício do poder de polícia, confere ao interessado consentimento para o desempenho de certa atividade.

c) O desvio de finalidade é a modalidade de abuso de poder em que o agente público atua fora dos limites de sua

competência, invadindo atribuições cometidas a outro agente.

d) No exercício do poder regulamentar, é conferida à administração pública a prerrogativa de editar atos gerais para complementar a lei, em conformidade com seu conteúdo e limites, não podendo ela, portanto, criar direitos e impor obrigações, salvo as excepcionais hipóteses autorizativas de edição de decreto autônomo.

e) Decorre do sistema hierárquico existente na administração pública o pode

QUESTÃO 9

Jair Botelho, pequeno agricultor, ocupou, com sua família, terreno rural pertencente à União, com dimensões de 20 hectares, nele trabalhando e cultivando a terra desde janeiro de 2008. Para regularizar a situação de Jair, a Secretaria do Patrimônio da União concedeu-lhe título, que estabelece: a. o direito de fruir plenamente do terreno para os fins estabelecidos no título, ficando responsável por todos os encargos civis, administrativos e tributários que venham a incidir sobre o imóvel e suas rendas; b. a gratuidade do ajuste, não havendo previsão de pagamento de taxas periódicas à União, com ressalva dos impostos incidentes sobre a propriedade; c. a possibilidade de oferecer o bem como garantia para levantamento de empréstimos; d. a possibilidade de transmitir, por sucessão legítima ou testamentária, os direitos constantes do título; e. a resolução dos direitos conferidos pelo título, caso o beneficiário dê ao imóvel destinação diversa da pactuada, perdendo, neste caso, as benfeitorias de qualquer natureza.

Pelas características mencionadas, pode-se concluir que Jair obteve da Secretaria do Patrimônio da União

- a) permissão de uso qualificada.
- b) licença de ocupação para legitimação de posse.
- c) contrato de aforamento.
- d) concessão de direito real de uso.
- e) concessão de uso especial para fins de moradia.

DIREITO CIVIL:

QUESTÃO 10

Margarida de Oliveira conviveu em união estável com Geraldo Teixeira desde o ano de 2006, ambos pessoas capazes e não idosos. Não realizaram pacto de convivência. Durante o relacionamento, Margarida, funcionária pública, recebia salário equivalente a dez salários mínimos, enquanto Geraldo não realizava qualquer atividade remunerada. Em 2010, Margarida adquiriu, por contrato de compra e venda, um bem imóvel onde o casal passou a residir. Em 2015, recebeu o valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), deixado por seu pai por sucessão legítima.

Diante desta hipótese, é correto dizer que Geraldo

- a) não tem direito à meação do imóvel adquirido na constância da união estável, uma vez que o bem foi adquirido sem qualquer participação de Geraldo, mas faz jus à partilha do valor recebido a título de herança por Margarida, uma vez que o regime de bens aplicável à relação.
- b) não tem direito à meação do imóvel adquirido na constância da união estável, uma vez que o bem foi adquirido sem qualquer participação de Geraldo, e também não faz jus à partilha do valor recebido a título de herança por Margarida, uma vez que o regime de bens aplicável à relação não contempla herança.

c) tem direito à meação do imóvel adquirido na constância da união estável, independente de prova de esforço comum, mas não faz jus à partilha do valor recebido a título de herança por Margarida, uma vez que o regime de bens aplicável à relação não contempla herança.

d) tem direito à meação do imóvel adquirido na constância da união estável, independente de prova de esforço comum, como também faz jus à partilha do valor recebido a título de herança por Margarida, uma vez que o regime de bens aplicável à relação contempla herança.

e) tem direito tanto à meação do imóvel adquirido na constância da união estável bem como à partilha do valor recebido a título de herança por Margarida, desde que prove esforço comum em ambas as situações.

QUESTÃO 11

No que se refere à responsabilidade civil, assinale a afirmativa INCORRETA.

- a) O incapaz não responde pelos prejuízos que causar, ainda que as pessoas por ele responsáveis não tenham obrigação de fazê-lo ou não disponham de meios suficientes.
- b) A indenização mede-se pela extensão do dano, mas se houver excessiva desproporção entre a gravidade da culpa e o dano, poderá o juiz reduzi-la equitativamente.
- c) Haverá obrigação de reparar o dano, independentemente de culpa, nos casos especificados em lei, ou quando a atividade normalmente desenvolvida pelo autor do dano implicar, por sua natureza, risco para os direitos de outrem.
- d) Aquele que ressarcir o dano causado por outrem pode reaver o que houver pago daquele por quem pagou, salvo se o

causador do dano for descendente seu, absoluta ou relativamente incapaz.

e) O credor que demandar o devedor antes de vencida a dívida, fora dos casos em que a lei o permita, ficará obrigado a esperar o tempo que faltava para o vencimento, a descontar os juros correspondentes, embora estipulados, e a pagar as custas em dobro.

QUESTÃO 12

Considere as assertivas abaixo.

I. É possível confirmar um ato a priori anulável, tornando-o válido a posteriori, como na hipótese em que um menor de idade compra um bem e, ao atingir a sua maioridade civil, confirma esse negócio jurídico, ressalvado direito de terceiro.

II. Um determinado contrato nulo pode ser convertido em contrato válido, como na hipótese de compra e venda de bem imóvel, com valor superior a trinta vezes o maior salário-mínimo vigente no país, sem a lavratura de escritura pública; perfazendo-se apenas em compromisso de compra e venda.

III. A invalidade parcial de um negócio jurídico o prejudicará em sua totalidade, ainda que seja possível separar a parte válida da inválida.

IV. Entre duas interpretações possíveis da declaração de vontade, uma que prive de validade e outra que lhe assegure a validade, há de ser adotada a última.

Segundo o Código Civil, está correto o que se afirma APENAS em

- a) III e IV.
- b) II, III e IV.
- c) I, II e IV.
- d) II e IV.
- e) I e III.

QUESTÃO 13

É correto afirmar que o prazo decadencial previsto em lei:

- a) pode ser renunciado;
- b) está sujeito às causas que impedem o seu decurso;
- c) está sujeito às causas que suspendem o seu decurso;
- d) é sempre idêntico ao prazo prescricional;
- e) uma vez transcorrido, deve ser conhecido de ofício pelo juiz.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL:

QUESTÃO 14

Sobre a competência,

- a) a ação fundada em direito real sobre bem móvel será proposta, em regra, no foro da situação da coisa.
- b) a ação possessória imobiliária será proposta no foro da situação da coisa, cujo juízo tem competência absoluta.
- c) são irrelevantes as modificações do estado de fato ou de direito ocorridas posteriormente ao registro ou à distribuição da petição inicial, ainda que alterem competência absoluta.
- d) serão remetidos à Justiça Federal os processos nos quais intervier a União, incluindo as ações de recuperação judicial e falência.
- e) uma vez remetidos os autos à Justiça Federal, em razão de intervenção da União, o juízo federal suscitará conflito de competência se, posteriormente, esta for excluída do processo.

QUESTÃO 15

Sobre os recursos no Código de Processo Civil (CPC/2015), assinale a afirmativa correta.

- a) Cabem embargos infringentes quando o acórdão não unânime houver reformado, em grau de apelação, a sentença de mérito.
- b) Cabe recurso de agravo de instrumento contra a decisão que negar o pleito de produção de prova pericial, formulado na petição inicial.
- c) Não cabe recurso de agravo de instrumento contra a decisão que inverte o ônus da prova, podendo, todavia, ser impugnada por meio de recurso de apelação, após a prolação de sentença.
- d) As questões resolvidas na fase de conhecimento, se a decisão a seu respeito não comportar agravo de instrumento, poderão ser suscitadas pelo apelado em contrarrazões.
- e) Das decisões interlocutórias proferidas em audiência admitir-se-á interposição oral do agravo retido, a constar do respectivo termo, expostas sucintamente as razões que justifiquem o pedido de nova decisão.

QUESTÃO 16

Analise as proposições abaixo, a respeito dos recursos:

- I. Os recursos impedem, em regra, a eficácia da decisão, salvo disposição legal ou decisão judicial em sentido contrário.
- II. O recorrente pode desistir do recurso sem a anuência do recorrido ou dos litisconsortes, mas a desistência não impede a análise de questão cuja repercussão geral já tenha sido reconhecida e daquela objeto de julgamento de recursos extraordinários ou especiais repetitivos.
- III. Excetuados os embargos de declaração, o prazo para interpor os

recursos e para responder-lhes é de quinze dias.

IV. Os embargos de declaração possuem efeito suspensivo da eficácia da decisão e do prazo para a interposição de outros recursos.

Está correto o que se afirma APENAS em

- a) II e III.
- b) I, III e IV.
- c) I, II e IV.
- d) III.
- e) II e IV.

QUESTÃO 17

O Novo Código de Processo Civil

- a) exige do juiz, sempre que inverter o ônus da prova, que dê oportunidade à parte para se desincumbir do ônus que lhe tenha atribuído.
- b) prevê que a distribuição diversa do ônus da prova também pode ocorrer por convenção das partes, desde que celebrada durante o processo.
- c) extingue a ação cautelar de produção antecipada de provas, não sendo mais possível a dilação probatória em caráter antecedente.
- d) adota com exclusividade a distribuição dinâmica do ônus da prova.
- e) admite a utilização de prova produzida em outro processo, devendo o juiz, contudo, atribuir a ela o mesmo valor dado no processo originário.

DIREITO PENAL

QUESTÃO 18

O afastamento da tipicidade, quando verificada lesão penalmente irrelevante

decorrente de conduta formalmente incriminada, dá-se por:

- a) princípio da adequação social.
- b) princípio da intervenção mínima.
- c) princípio da humanidade das sanções.
- d) princípio da insignificância.
- e) ineficácia absoluta do meio ou absoluta impropriedade do objeto (crime impossível).

QUESTÃO 19

O princípio da intervenção mínima no Direito Penal encontra reflexo

- a) no princípio da fragmentariedade e na teoria da imputação objetiva.
- b) no princípio da subsidiariedade e na teoria da imputação objetiva.
- c) nos princípios da subsidiariedade e da fragmentariedade.
- d) no princípio da fragmentariedade e na proposta funcionalista sistêmica.
- e) na teoria da imputação objetiva e na proposta funcionalista sistêmica

QUESTÃO 20

Sobre a extinção da punibilidade:

- a) O perdão judicial independe de lei, pois é realizado por meio de Decreto Presidencial.
- b) No caso de concurso de crimes, o cálculo da prescrição incide sobre a somatória das penas.
- c) Ao contrário da renúncia ao direito de queixa, a decadência é causa de extinção da punibilidade.
- d) O prazo de prescrição é reduzido pela metade quando o agente for maior de setenta anos na data da sentença.
- e) Em caso de revogação do livramento condicional, a prescrição da pretensão

executória é regulada pelo total da pena imposta.

QUESTÃO 21

O crime de moeda falsa

- a) está inserido no título dos Crimes contra a Administração Pública
- b) possui pena de 1 a 5 anos de reclusão e multa
- c) pode ser de competência da Justiça Estadual ou da Justiça Federal, dependendo do caso concreto
- d) está previsto no Código Penal: falsificar, fabricando-a ou alterando-a, moeda metálica ou papel-moeda de curso legal no país ou no estrangeiro
- e) é isento de crime quem, tendo recebido de boa-fé, como verdadeira, moeda falsa ou alterada, a restitui à circulação, depois de conhecer a falsidade

QUESTÃO 22

Sobre os crimes contra o patrimônio:

- a) O furto de energia elétrica é atípico por não consistir em coisa móvel.
- b) Se o agente logo depois de subtraída a coisa, emprega violência contra pessoa, a fim de assegurar a impunidade do crime, incorre na mesma pena do roubo.
- c) A ameaça exercida com simulacro de arma de fogo é incapaz de configurar o crime de roubo.
- d) Se durante a prática do roubo o agente mantém a vítima em seu poder, restringindo sua liberdade, o crime é o de latrocínio.
- e) Por falta de previsão legal, o princípio da insignificância é incabível no crime de furto.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

QUESTÃO 23

Considere as seguintes assertivas a respeito do inquérito policial:

I. É incompatível com a Constituição Federal o dispositivo do Código de Processo Penal segundo o qual a autoridade assegurará no inquérito o sigilo necessário à elucidação do fato ou exigido pelo interesse da sociedade.

II. A autoridade policial poderá negar ao advogado do indiciado o acesso à todos os elementos de prova já documentados no inquérito policial, ainda que digam respeito ao exercício do direito de defesa.

III. A autoridade policial não poderá negar ao advogado do indiciado o acesso às transcrições de interceptações telefônicas de conversas mantidas pelo indiciado, já documentadas nos autos do inquérito policial, caso digam respeito ao exercício do direito de defesa.

À luz da Constituição Federal e da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, **está correto o que se afirma APENAS** em

- a) I.
- b) II.
- c) III.
- d) I e II.
- e) I e III.

QUESTÃO 24

Acerca dos procedimentos nos juizados especiais criminais, assinale a opção correta.

a) A citação do acusado pode se dar por edital, não havendo deslocamento da competência para o juízo criminal comum.

b) O juizado especial criminal é competente para julgar crimes punidos com pena alternativa de multa, ainda que a pena privativa de liberdade fixada em abstrato seja superior a dois anos.

c) Na reunião de processos, perante o juízo comum ou o tribunal do júri, decorrente da aplicação das regras de conexão e continência, não se observará os institutos da transação penal e da composição dos danos civis.

d) A medida processual cabível contra a decisão que rejeitar a denúncia ou a queixa-crime será o recurso em sentido estrito, que deverá ser interposto no prazo de dez dias.

e) De acordo com o STJ, no caso de ação penal privada, são aplicáveis os benefícios da transação penal e da suspensão condicional do processo.

QUESTÃO 25

Conforme o entendimento do STF, o habeas corpus será

a) cabível para questionar constrangimento gerado pela imposição de ônus de custas processuais.

b) incabível contra decisão que aplicar medidas cautelares diversas da prisão, por não haver afronta ao direito de locomoção.

c) cabível para arguir o impedimento ou a suspeição de magistrado, mesmo quando a alegação depender de dilação probatória

d) incabível em favor de Pessoa Jurídica, nem mesmo para trancamento de Inquérito Policial sem justa causa no qual se investiga crime ambiental.

e) meio processual adequado para se discutir direito de visita a preso.

QUESTÃO 26

A prisão domiciliar, regulada no Código de Processo Penal,

a) teve suas hipóteses alteradas pelo Estatuto da Primeira Infância, passando a permitir sua concessão em qualquer tempo de gravidez, desde que a grávida comprovada a inadequação concreta do estabelecimento prisional.

b) é aplicada quando ausente os requisitos da prisão preventiva.

c) é cabível para todas as pessoas idosas, sem exceção, pois as condições de aprisionamento são notoriamente prejudiciais à saúde dessas pessoas.

d) deve ser cumprida em Casa de Albergado e apenas na falta de vagas é cumprida na residência do acusado.

e) é substitutiva da prisão preventiva e seu tempo de cumprimento será detraído do tempo de pena imposta na sentença.

hipossuficientes, promovendo a ação civil pública e a ação penal pública incondicionada, de forma integral e gratuita;

c) defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses difusos, coletivos, sociais e individuais homogêneos, promovendo a ação civil pública e exercendo o controle externo da atividade policial, tudo na defesa dos necessitados e de forma integral e gratuita;

d) orientação jurídica, a promoção dos direitos individuais e coletivos e a defesa, em todos os graus, judicial e extrajudicial, dos necessitados e do ente federativo a que estiver vinculada, de forma integral e gratuita;

e) orientação jurídica, a promoção dos direitos humanos e a defesa, em todos os graus, judicial e extrajudicial, dos direitos individuais e coletivos, de forma integral e gratuita, aos necessitados.

PRINCÍPIOS INSTITUCIONAIS DA DEFENSORIA PÚBLICA

QUESTÃO 27

De acordo com a Lei Complementar Federal nº 80/94, a Defensoria Pública é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbendo-lhe, na forma do inciso LXXIV do art. 5º da Constituição Federal, como expressão e instrumento do regime democrático, fundamentalmente, a:

a) orientação jurídica e a defesa dos direitos individuais e coletivos da pessoa jurídica de direito público interno a que estiver vinculada, nos processos judiciais, em todos os graus, de forma integral e gratuita;

b) defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis dos

QUESTÃO 28

À Defensoria Pública da União

a) compete, diretamente ou através de órgão a ela vinculado, representar a União, judicial e extrajudicialmente, cabendo-lhe, nos termos da lei, as atividades de consultoria e assessoramento jurídico do Poder Executivo.

b) compete, ao lado das Defensorias Públicas estaduais e do Distrito Federal, a orientação jurídica, a promoção dos direitos humanos e a defesa, em todos os graus, judicial e extrajudicial, dos direitos individuais e coletivos, de forma integral e gratuita, aos necessitados.

c) são asseguradas autonomia funcional e administrativa e a iniciativa de sua proposta orçamentária dentro dos limites estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias, diferentemente das

Defensorias Públicas estaduais e do Distrito Federal.

d) cabe exercer o controle externo da atividade policial, na forma estabelecida em lei complementar.

e) são asseguradas, como princípios institucionais, a unidade, a indivisibilidade e a independência funcional, dando-se o ingresso na carreira, que tem como chefe o Advogado-Geral da União, mediante concurso público de provas e títulos.

QUESTÃO 29

No que diz respeito às funções típicas e atípicas da Defensoria Pública, assinale a opção correta.

a) A função de ombudsman exercida pela Defensoria Pública brasileira em defesa dos direitos humanos consiste em atribuição típica.

b) O rol das funções típicas da Defensoria Pública encontra-se taxativamente descrito nas funções institucionais previstas na lei orgânica de regência.

c) A função exercida pelo ouvidor-geral da Defensoria Pública encontra-se entre as funções típicas da instituição.

d) As funções típicas da Defensoria Pública são exercidas unicamente na esfera judicial em favor das pessoas naturais hipossuficientes, beneficiárias da assistência judiciária gratuita.

e) As funções atípicas da Defensoria Pública prescindem da insuficiência de recursos financeiros e abarcam os organizacionalmente vulneráveis.

QUESTÃO 30

Sobre a Defensoria Pública, na esteira da Lei Complementar nº 132/2009, é correto afirmar que o instrumento de transação, mediação ou conciliação

referendado pelo Defensor Público valerá como título executivo

a) judicial, ainda que celebrado com pessoa jurídica de direito público.

b) extrajudicial, ainda que celebrado com pessoa jurídica de direito público.

c) judicial, salvo se celebrado com pessoa jurídica de direito público.

d) extrajudicial, salvo se celebrado com pessoa jurídica de direito público.

e) judicial se também for referendado pelo Ministério Público, ainda que celebrado com pessoa jurídica de direito público.

QUESTÃO 31

Conforme o Art. 44 da Lei complementar nº 80 de 1994, são **prerrogativas** dos membros da Defensoria Pública da União, **exceto**:

a) receber intimação pessoal em qualquer processo e grau de jurisdição, contando em dobro todos os prazos;

b) receber, inclusive quando necessário, mediante entrega dos autos com vista, intimação pessoal em qualquer processo e grau de jurisdição ou instância administrativa, contando-se-lhes em dobro todos os prazos

c) não ser preso, senão por ordem judicial escrita, salvo em flagrante, caso em que a autoridade fará imediata comunicação ao Defensor Público-Geral;

d) ter vista pessoal dos processos fora dos cartórios e secretarias, ressalvadas as vedações legais;

e) representar a parte, em feito administrativo ou judicial, devendo juntar mandato assinado;

DIREITO PREVIDENCIÁRIO

QUESTÃO 32

No que se refere à organização e aos princípios da seguridade social, julgue os itens a seguir.

I A assistência social integra o conjunto de direitos sociais assegurados aos necessitados e as ações atinentes à seguridade social.

II A equidade na forma de participação do custeio veda a utilização de alíquotas de contribuições diferenciadas para aqueles que contribuem para o sistema.

III A universalidade de cobertura preconizada pelo ordenamento jurídico vigente limita a proteção social àqueles que contribuem para o sistema.

IV A seguridade social é financiada por toda a sociedade, de forma direta e indireta, mediante recursos provenientes das contribuições sociais e dos orçamentos da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios.

Estão **certos** apenas os itens

a) I e III.

b) I e IV.

c) II e III.

d) II e IV.

e) III e IV.

QUESTÃO 33

Se uma pessoa que tenha sido contribuinte individual por trinta anos se aposentar pelo registro geral de previdência social (RGPS) e, após essa primeira aposentadoria, passar a contribuir para o RGPS como segurada-empregada, ela poderá acumular essa aposentadoria por tempo de contribuição com

a) o salário-maternidade proveniente de adoção.

b) a aposentadoria por idade.

c) a aposentadoria especial.

d) a aposentadoria por invalidez.

e) o auxílio-doença.

QUESTÃO 34

Em relação ao direito previdenciário, marque a opção certa:

a) Jânio, microempreendedor individual, tem uma única empregada. Ela se encontra grávida e em tempo de receber o benefício do salário-maternidade. Nessa situação, o benefício será pago diretamente pela previdência social.

b) Carlos, contribuinte da previdência social por quatorze meses na condição de segurado empregado, faleceu vítima de latrocínio, deixando viúva a sua companheira de vinte e três anos de idade. Nessa situação, a companheira terá direito a receber o benefício da pensão por morte de forma vitalícia.

c) O princípio da equidade na forma de participação no custeio do RGPS veda a existência de alíquotas de contribuições diferenciadas entre empregadores nem entre empregados.

d) Dado o princípio da universalidade de cobertura, a seguridade social tem abrangência limitada àqueles segurados que contribuem para o sistema.

e) A respeito da condição de segurados e dependentes no RGPS e da fonte de custeio desse regime, para efeito de concessão de benefício aos dependentes, a dependência econômica dos genitores do segurado é considerada presumida.

QUESTÃO 35

De acordo com a Lei 8.742/93, Lei da orgânica da assistência social, marque a opção errada:

a) São requisitos para a concessão, a manutenção e a revisão do benefício as inscrições no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) e no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal - Cadastro Único, conforme previsto em regulamento.

b) O benefício de prestação continuada é a garantia de um salário-mínimo mensal à pessoa com deficiência e ao idoso com 65 (sessenta e cinco) anos ou mais que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção nem de tê-la provida por sua família

c) O benefício de que trata este artigo não pode ser acumulado pelo beneficiário com qualquer outro no âmbito da seguridade social ou de outro regime, salvo os da assistência médica e da pensão especial de natureza indenizatória.

d) Considera-se incapaz de prover a manutenção da pessoa com deficiência ou idosa a família cuja renda mensal per capita seja inferior a 1/2 (metade) do salário-mínimo.

e) Considera-se impedimento de longo prazo, para os fins do da leia, aquele que produza efeitos pelo prazo mínimo de 2 (dois) anos.

QUESTÃO 36

São exigências para requerer o benefício de aposentadoria por invalidez:

a) ter contribuído para a Previdência Social por, pelo menos, 15 anos.

b) aos trabalhadores urbanos, é exigida a idade mínima de 55 anos para os homens e 50 anos para as mulheres.

c) aos trabalhadores urbanos, é exigida a idade mínima de 65 anos para os homens e 60 anos para as mulheres.

d) ser considerado pela perícia médica do INSS total e definitivamente incapaz para o trabalho.

e) para trabalhadores rurais, a idade mínima é 60 anos para os homens e 55 anos para as mulheres.

NOÇÕES DE DIREITOS HUMANOS

QUESTÃO 37

O Estatuto da Igualdade Racial é uma importante ferramenta da política nacional de direitos humanos, voltado a garantir à população negra a efetivação da igualdade de oportunidades, a defesa dos direitos étnicos individuais, coletivos e difusos e o combate à discriminação e às demais formas de intolerância étnica.

De acordo com o Estatuto, considera-se discriminação racial ou étnico-racial:

a) as ações, iniciativas e programas adotados pelo Estado no cumprimento de suas atribuições institucionais;

b) os programas e medidas especiais adotados pelo Estado e pela iniciativa privada para a correção das desigualdades raciais e para a promoção da igualdade de oportunidades.

c) a violação de direitos humanos de grupos afrodescendentes e a desconsideração, desprezo ou desrespeito à cultura de povos ancestrais africanos e às suas diferentes formas de manifestação religiosa e espiritual;

d) apenas a restrição baseada em raça, cor, descendência ou origem nacional ou étnica que vise anular ou restringir o reconhecimento, gozo ou exercício, em igualdade de condições, de direitos

humanos e liberdades fundamentais nos campos político, econômico, social, cultural ou em qualquer outro campo da vida pública ou privada.

e) toda distinção, exclusão, restrição ou preferência baseada em raça, cor, descendência ou origem nacional ou étnica que vise anular ou restringir o reconhecimento, gozo ou exercício, em igualdade de condições, de direitos humanos e liberdades fundamentais nos campos político, econômico, social, cultural ou em qualquer outro campo da vida pública ou privada.

QUESTÃO 38

A Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, assinada em Nova Iorque no ano de 2007, foi aprovada em 2008, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por quóruns superiores a três quintos dos votos dos respectivos membros em cada turno de votação, tendo sido no ano seguinte promulgada por Decreto do Presidente da República. À luz do disposto na Constituição Federal, considerando tratar-se de convenção internacional sobre direitos humanos, referido ato normativo é equivalente

a) lei ordinária, pois tratados e convenções internacionais, independentemente de seu conteúdo, possuem esse status a partir do momento em que são promulgados no Brasil.

b) emenda constitucional, tendo em vista o procedimento observado para sua aprovação no Congresso Nacional.

c) lei complementar, pois tratados e convenções internacionais em matéria de direitos humanos, que complementam a Constituição Federal, possuem esse status, a partir do momento em que são ratificados pelo Brasil.

d) emenda constitucional, pois os tratados e convenções internacionais,

independentemente de seu conteúdo, possuem esse status.

e) emenda constitucional, pois os tratados e convenções internacionais que versem sobre direitos humanos possuem esse status, independentemente do procedimento de aprovação adotado no Congresso Nacional.

QUESTÃO 39

Será reconhecido como refugiado todo indivíduo que:

a) devido a fundados temores de perseguição por motivos de raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opiniões políticas encontre-se fora de seu país de nacionalidade e não possa ou não queira acolher-se à proteção de tal país;

b) seja apátrida, independentemente de qualquer perseguição por motivos de raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opiniões políticas;

c) seja apátrida e queira regressar ao país de residência habitual, em que pese perseguição por motivos de raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opiniões políticas

d) escolhe deixar seu país de nacionalidade para buscar refúgio em outro país por não concordar com o grupo político no poder.

e) em que pese a grave e generalizada violação de direitos humanos, desejar visitar o País de destino e regressar em 15 dias ao País de origem;

QUESTÃO 40

A Constituição Federal de 1988, no seu Artigo 231, afirma que:

a) o aproveitamento dos recursos hídricos, incluídos os potenciais energéticos, a pesquisa e a lavra das riquezas minerais em terras indígenas, só dependem da autorização da Fundação

Nacional do Índio, não sendo necessário ouvir as comunidades afetadas.

b) o aproveitamento dos recursos hídricos, incluídos os potenciais energéticos, a pesquisa e a lavra das riquezas minerais em terras indígenas, podem ser efetivados exclusivamente com autorização da Presidência da República por Decreto.

c) o aproveitamento dos recursos hídricos, incluídos os potenciais energéticos, a pesquisa e a lavra das riquezas minerais em terras indígenas, só podem ser efetivados com autorização do Supremo Tribunal Federal, ouvidas as comunidades afetadas, ficando-lhes assegurada participação nos resultados da lavra, na forma da lei.

d) o aproveitamento dos recursos hídricos, incluídos os potenciais energéticos, a pesquisa e a lavra das riquezas minerais em terras indígenas, necessita exclusivamente a oitiva das comunidades, não estando assegurada participação nos resultados da lavra, na forma da lei.

e) o aproveitamento dos recursos hídricos, incluídos os potenciais energéticos, a pesquisa e a lavra das riquezas minerais em terras indígenas, só podem ser efetivados com autorização do Congresso Nacional, ouvidas as comunidades afetadas, ficando-lhes assegurada participação nos resultados da lavra, na forma da lei.

QUESTÕES SUBJETIVAS – DIREITO

Número de questões discursivas: 2 (duas) questões

INSTRUÇÕES

1. O texto definitivo da prova subjetiva terá o mínimo 15 (quinze) e no máximo 25 (vinte e cinco) linhas. As linhas que ficarem aquém ou excederem os limites acima indicados serão desconsiderados para fins de correção.
2. Somente serão corrigidos os textos dissertativos redigidos a caneta, tinta azul ou preta. Os textos redigidos fora dos padrões acima aludidos serão sumariamente descartados, provocando a pronta eliminação do candidato.

QUESTÃO 1

A seguridade social ou segurança social consiste num conjunto de políticas sociais cujo fim é amparar e assistir o cidadão e a sua família em situações como a velhice, a doença e o desemprego. (Fonte: https://pt.wikipedia.org/wiki/Seguridade_social)

Disserte sobre a temática acima, abordando os seguintes itens:

Pilares da Seguridade Social: Saúde, Assistência Social e Previdência Social;

Princípios da Seguridade Social;

Proteção Constitucional.

QUESTÃO 2

Discorra sobre o princípio da insignificância no Direito Penal. O candidato deverá responder as perguntas a seguir com fundamentos jurídicos, conhecimento doutrinário e jurisprudencial.

- a) Qual outra terminologia para o princípio.
- b) Há previsão legal?
- c) Qual a natureza jurídica?
- d) O princípio da insignificância somente pode ser aplicado para as infrações de menor potencial ofensivo?
- e) O princípio da insignificância é baseado apenas no valor patrimonial do bem?
- f) Quais os requisitos OBJETIVOS (VETORES) para a aplicação do princípio?
- g) É possível a aplicação do princípio da insignificância para réus reincidentes ou que respondam a outros inquéritos ou ações penais?

- h) Cite exemplos de crimes que é possível a aplicação do princípio da insignificância justificando o motivo.
- i) Cite exemplos de crimes que não é possível a aplicação do princípio da insignificância justificando o motivo.

RASCUNHO

RASCUNHO